JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.02.14 06:51:09 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 14 de fevereiro de 2023 • Nº 1501 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

BALANÇO

BB lucra R$ 9 bi no 4º trimestre de 2022

O BB (Banco do Brasil) teve lucro maior que seus principais concorrentes no quarto trimestre de 2022, e se diferenciou também na estratégia para proteger seu capital das dívidas da Americanas. O banco resolveu fazer uma reserva de 50% de sua exposição a varejistas, enquanto Itaú Unibanco e Bradesco optaram por fazer uma proteção de 100% dos valores devidos. O lucro do BB entre outubro e dezembro do ano passado foi de R$ 9 bilhões, um crescimento de 52% em relação ao trimestre final de 2021. No acumulado do ano, o lucro foi de R$ 31 bilhões, aumento de 57%. A reserva feita para cobrir um eventual calote da Americanas somou R$ 788 milhões, metade do valor total devido pela varejista, segundo informa o BB em seu balanço. Somados, os quatro maiores bancos de capital aberto do país reservaram aproximadamente R$ 10 bilhões para cobrir possíveis perdas com os financiamentos à companhia. Segundo o BB, há um monitoramento constante do caso, e o volume de provisão pode mudar de acordo com as negociações na recuperação judicial da Americanas. O banco diz que "eventual necessidade de agravamento adicional do risco e seu impacto em provisão já estão devidamente contemplados nas projeções corporativas de 2023." Sem considerar o caso Americanas, o lucro do BB no trimestre seria de R$ 9,4 bilhões, e no ano, de R$ 32,2 bilhões. A carteira de crédito do BB superou a marca de R$ 1 trilhão em dezembro de 2022, com crescimento de 14,8% em um ano e de 3,7% em três meses. Entre os segmentos, o maior avanço foi na carteira para o agronegócio, que avançou quase 25% em 12 meses e mais de 8% no trimestre. Também cresceu a inadimplência superior a 90 dias no decorrer do ano passado. Os atrasos atingiram 2,51% da carteira total, o dobro da marca registrada ao final de 2021.

EXPORTAÇÕES

RJ tem maior corrente de comércio desde o ano 2000

O estado do Rio de Janeiro registrou, no ano passado, a maior corrente de comércio desde o ano 2000, equivalente a US$ 70 bilhões (alta de 25% ante o ano anterior), com superávit recorde de US$ 18,9 bilhões. Segundo o Boletim Rio Exporta, divulgado ontem pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), o resultado é reflexo do desempenho nacional. No acumulado de 2022, a corrente de comércio brasileira somou US$ 607 bilhões, mostrando aumento de 21% em comparação com 2021. As importações fluminenses atingiram US$ 25,4 bilhões, resultado 13% acima do registrado em 2021. Os desembarques de bens intermediários e matéria-prima representaram 50% do total, com destaque para a indústria de outros equipamentos de transporte, que teve alta de 19%, somando US$ 5,7 bilhões. PÁGINA 2

PROGRAMAS

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

Renegociação de dívidas e correção da tabela do IR já estão com Lula

O governo federal deve apresentar depois do carnaval um programa para renegociação de dívidas chamado Desenrola. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (**foto**), fez a previsão ao falar na abertura da reunião do diretório nacional do PT na manhã de ontem, em Brasília. De acordo com ele, tanto o Desenrola quanto a correção da tabela do Imposto de Renda e do salário mínimo já estão no Palácio do Planalto para avaliação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A fala de Haddad não foi aberta para a imprensa e as informações são da assessoria de imprensa do PT. O Desenrola deve oferecer condições facilitadas para que pessoas renegociem dívidas até um certo limite, a ser definido pelo governo federal. Com isso, a aposta é de que haja um impulso ao consumo, o que ajudaria na retomada econômica. O programa pode contemplar até 40 milhões de brasileiros que estão endividados e têm renda de até dois salários mínimos, equivalente a R$ 2.640. PÁGINA 2

PREFEITURA

Carnaval no Rio deve injetar R$ 4,5 bi na economia

PÁGINA 4

TERROR EM BRASÍLIA

AGU quer R$ 20,7 milhões de financiadores

A AGU (Advocacia-Geral da União), órgão que representa juridicamente o governo federal, pediu à Justiça que converta uma ação cautelar (medida urgente) que bloqueou os bens de suspeitos de financiar o fretamento de ônibus para os atos golpistas do dia 8 de janeiro em um processo que garanta a condenação definitiva de ressarcimento aos cofres públicos. Os valores desse ressarcimento são de R$ 20,7 milhões e foram calculados com base nos prejuízos apontados por STF (Supremo Tribunal Federal), Palácio do Planalto, Câmara dos Deputados e Senado. O pedido da AGU também retifica o número de pessoas e de empresas que tiveram os seus bens bloqueados inicialmente no processo. Passaram de 52 pessoas físicas e 7 pessoas jurídicas para 54 pessoas físicas e 5 pessoas jurídicas (três empresas, uma associação e um sindicato). De acordo com o órgão, isso aconteceu porque alguns dos suspeitos na ação original "prestaram esclarecimentos e demonstraram não ter envolvimento com os atos do dia 8 de janeiro, inclusive, em alguns casos, indicando quem foram os reais contratantes dos ônibus". PÁGINA 3

INDICADORES

IBOVESPA: 0,7% / 108.836,47 / 758,20 / Volume: R$ 18.863.060.957 / Negócios: 3.324.292

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
BRF SA ON NM	6.91	+7.63	+0.49
VIA ON NM	2.16	+5.37	+0.11
GRUPO SOMA ON NM	8.980	+4.30	+0.370
BRADESCO PN EJ N1	13.12	+3.55	+0.45
ITAUUNIBANCOPN N1	26.71	+3.53	+0.91

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
AZUL PN N2	8.43	–4.31	–0.38
MELIUZ ON NM	0.940	–3.09	–0.030
3R PETROLEUMON NM	43.290	–2.89	–1.290
CVC BRASIL ON NM	3.72	–1.85	–0.07
MINERVA ON NM	12.97	–1.67	–0.22

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	86.71	–0.10	–0.09
ITAUUNIBANCOPN N1	26.71	+3.53	+0.91
BRADESCO PN EJ N1	13.12	+3.55	+0.45
PETROBRAS PN N2	26.80	+0.30	+0.08
BTGP BANCO UNT N2	21.26	+2.46	+0.51

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	34.245,93	+1,11
NASDAQ Composite	11.891,789	+1,48
Euro STOXX 50	4.243,47	+1,09
CAC 40	7.208,59	+1,11
FTSE 100	7.947,6	+0,83
DAX 30	15.397,34	+0,58

Salário mínimo	R$ 1.302,00	**IGP-M**	0,21% (jan.)	**EURO turismo**	
Ufir	R$ 3,7053	**IPCA**	0,55% (jan.)	Compra: 5,5931	Venda: 5,7731
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(01/02)	13,75%	0,46	até o dia 13/fev.	Compra: 5,1828	Venda: 5,1835
Poupança 3		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
11/2)	0,58%	BM&F/grama	R$ 304,00	Compra: 5,1734	Venda: 5,1760
TR (prefixada)		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(jan./23)	0,0830%	Compra: 5,5463	Venda: 5,5469	Compra: 5,1896	Venda: 5,3696

Economia

MERCADOS

Dólar cai a R$ 5,176; Bovespa avança 0,7% puxada por bancos

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) subiu e o dólar fechou em baixa ontem. Os investidores estão otimistas em relação à inflação ao consumidor de janeiro nos Estados Unidos, que será divulgada hoje. As ações dos bancos tiveram valorização, após o resultados do BTG Pactual no quarto trimestre de 2022.

O Ibovespa (Índice Bovespa) fechou em alta de 0,7%, a 108.836 pontos. O dólar comercial à vista fechou o dia em queda de 0,86%, a R$ 5,176.

Os juros fecharam em alta nos vencimentos mais curtos, refletindo principalmente o aumento das projeções para a Selic no relatório Focus, do Banco Central, de 12,5% para 12,75% ao final de 2023.

Os contratos para janeiro de 2024 subiram de 13,44% do fechamento da última sexta-feira para 13,51% ao ano. Para 2025, a taxa subiu de 12,87% para 12,95%. No vencimento em 2027, a taxa recuou de 13,10% para 13,08%.

Em Nova York, as bolsas fecharam com altas superiores a 1%, com o otimismo em relação à inflação. O índice Dow Jones subiu 1,11%. O S&P 500 fechou em alta de 1,14%, e o Nasdaq avançou 1,48%.

EXPORTAÇÕES

RJ tem maior corrente de comércio desde o ano 2000

ALANA GANDRA/ABRASIL

O estado do Rio de Janeiro registrou, no ano passado, a maior corrente de comércio desde o ano 2000, equivalente a US$ 70 bilhões (alta de 25% ante o ano anterior), com superávit recorde de US$ 18,9 bilhões. Segundo o Boletim Rio Exporta, divulgado ontem pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), o resultado é reflexo do desempenho nacional.

No acumulado de 2022, a corrente de comércio brasileira somou US$ 607 bilhões, mostrando aumento de 21% em comparação com 2021.

As importações fluminenses atingiram US$ 25,4 bilhões, resultado 13% acima do registrado em 2021. Os desembarques de bens intermediários e matéria-prima representaram 50% do total, com destaque para a indústria de outros equipamentos de transporte, que teve alta de 19%, somando US$ 5,7 bilhões.

O destaque forma as compras de partes de motores e de turbinas para aviação (US$ 2,9 bilhões) e de motores e turbinas para aviação (US$ 2,2 bilhões).

Quanto às exportações fluminenses, houve a alta de 33%, totalizando US$ 44,3 bilhões. A expansão atingiu diversos setores, e os embarques de petróleo e gás natural representaram 77% do total. Doze entre os 15 principais produtos da pauta subiram, entre os quais, naftas (+127%) e óleos combustíveis (+70%).

O coordenador da Firjan Internacional, Giorgio Luigi Rossi, disse que a evolução do preço internacional do barril de petróleo, que bateu US$ 130, muito por conta da guerra na Ucrânia, impactou o resultado. A China se manteve como principal destino dos óleos brutos de petróleo brasileiro, enquanto a Arábia Saudita respondeu por 95% das importações brasileiras do produto.

O boletim ressalta ainda que as exportações, excluindo o petróleo, aumentaram 23%. Os Estados Unidos mantiveram-se como principal parceiro tanto nas exportações como nas importações.

Houve incremento na exportação para os principais destinos, à exceção do Mercosul, que mostrou redução de 8%, devido ao recuo nas vendas para a Argentina. As importações, com exceção de petróleo, cresceram 6% frente ao ano anterior.

Mercado reduz projeção para crescimento da economia em 2023

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira este ano caiu de 0,79% para 0,76%. A estimativa está no boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente, em Brasília, pelo Banco Central (BC) com a projeção para os principais indicadores econômicos. Para o próximo ano, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - é de crescimento de 1,5%, a mesma previsão há sete semanas seguidas. Em 2025 e 2026, o mercado financeiro projeta expansão do PIB em 1,85% e 2%, respectivamente.

Já a previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerada a inflação oficial do país, variou para cima, de 5,78% para 5,79% neste ano. Para 2024, a estimativa de inflação ficou em 4%. Para 2025 e 2026, as previsões são de 3,6% e 3,5%, respectivamente.

A previsão para 2023 está acima do teto da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3,25% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é de 1,75% e o superior de 4,75%.

Da mesma forma, a projeção do mercado para a inflação de 2024 também está acima do centro da meta prevista - 3% - também com os intervalos de tolerância de 1,5 ponto percentual.

INFLAÇÃO

De acordo com o Banco Central, a inflação só ficará dentro da meta a partir de 2024, quando deverá se situar em 3%, e em 2025, (2,8%). Para esses dois anos, o CMN estabelece uma meta de 3% para o IPCA.

Em janeiro, puxado principalmente pelo aumento de preços de alimentos e combustíveis, o IPCA ficou em 0,53%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 13,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). A taxa está nesse nível desde agosto do ano passado e é o maior nível desde janeiro de 2017, quando também estava nesse patamar.

PROGRAMAS

Correção do IR e renegociação de dívidas já estão com Lula

O governo federal deve apresentar depois do carnaval um programa para renegociação de dívidas chamado Desenrola. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fez a previsão ao falar na abertura da reunião do diretório nacional do PT na manhã de ontem, em Brasília.

De acordo com ele, tanto o Desenrola quanto a correção da tabela do Imposto de Renda e do salário mínimo já estão no Palácio do Planalto para avaliação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A fala de Haddad não foi aberta para a imprensa e as informações são da assessoria de imprensa do PT.

O Desenrola deve oferecer condições facilitadas para que pessoas renegociem dívidas até um certo limite, a ser definido pelo governo federal.

Com isso, a aposta é de que haja um impulso ao consumo, o que ajudaria na retomada econômica. O programa pode contemplar até 40 milhões de brasileiros que estão endividados e têm renda de até dois salários mínimos, equivalente a R$ 2.640.

Existem quase 70 milhões de consumidores com o nome negativado por inadimplência. O atual patamar de endividamento é recorde.

Já em relação à correção da tabela do IR, a promessa de Lula durante a campanha eleitoral era de isentar do imposto pessoas com renda mensal de até R$ 5.000, mas isso não deve acontecer neste ano. Hoje, é isento quem tem um salário mensal menor do que R$ 1.900. O plano em discussão avalia elevar esse patamar para dois salários mínimos (R$ 2.640).

Além dos anúncios, Haddad também abordou a política monetária e a questão dos juros na sua fala para o diretório nacional do PT. De acordo com a assessoria do partido, o ministro repetiu o que disse na semana passada em reunião com a bancada petista na Câmara dos Deputados, quando preferiu se distanciar da crise gerada pelas críticas de Lula ao BC.

Na apresentação, Haddad disse que não alimentava expectativa de redução de juros na última reunião do Copom, mas esperava uma sinalização.

ALIMENTOS

Pan, dos 'cigarros' de chocolate, pede autofalência à Justiça

A Pan Produtos Alimentícios requisitou sua autofalência à Justiça.

A empresa confessa, assim, sua incapacidade de saldar dívidas e de seguir em atividade.

O pedido foi protocolado na 1ª RAJ (Região Administrativa Judiciária), no TJSP (Tribunal de Justiça de São Paulo).

A empresa, famosa pelos "cigarros" de chocolate, já tinha pedido recuperação judicial em março de 2021. Mas não conseguiu se reerguer.

Ela acumula dívidas de R$ 260 milhões e tem atualmente 52 funcionários.

O prazo de recuperação judicial terminou há duas semanas. E a empresa pediu 90 dias suplementares para conseguir saldar seus débitos.

O juiz deu prazo de 48 horas para o administrador judicial Fabio Rodrigues Garcia e o Ministério Público de São Paulo (MP-SP) se manifestarem.

O administrador judicial opinou por negar a extensão do prazo. O MP-SP, que já pediu a falência da empresa três vezes, deve seguir pelo mesmo caminho.

Por causa disso, a única saída é a autofalência, que deve ser aceita pela Justiça.

"Imperiosa será a concessão do derradeiro prazo (90 dias), sem o qual não haverá outra alternativa, senão desde já requerer a decretação da autofalência continuada" disse a Pan no requerimento apresentado ao tribunal.

A companhia pede ainda que, depois da falência, a Justiça conceda a ela um prazo de seis meses para "liquidar todos os débitos dos trabalhadores ativos e débitos pós-recuperação judicial".

Chega ao fim, assim, a história da empresa fundada há 88 anos que foi pioneira em criar o primeiro chocolate diet ao leite no Brasil, ficando famosa também por produtos como a bala Paulistinha, inspirada na Revolução Constitucionalista de 1932, lápis e barras de chocolate em formado de quadrado, peixe e charutos fabricadas com uma massa de chocolate pouco refinada e embrulhados em papel alumínio.

IBGE

Emprego no setor público bate recorde

O número de empregados do setor público bateu recorde com o impulso da abertura de vagas de trabalho sem carteira assinada no Brasil, indicam dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Esse movimento vem sendo puxado pelos municípios, que, segundo economistas, tentam recompor o quadro de funcionários sem gerar uma pressão permanente sobre as finanças públicas.

Com as restrições fiscais, a abertura de postos temporários, sem carteira e fora do regime estatutário, é vista como uma saída para enfrentar as demandas em áreas como educação e saúde após a pandemia.

"A questão fiscal não é uma exclusividade do governo federal. Municípios e estados também sentem isso", diz o economista Rodolpho Tobler, pesquisador do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas).

"Há uma demanda da sociedade por serviços como os de educação e saúde, e muitas vezes os governos não têm de onde tirar. Então, vão para opções de custo menor", acrescenta.

No trimestre até novembro de 2022, o total de empregados do setor público foi estimado pelo IBGE em quase 12,3 milhões no país.

EXPLICAR JUROS

Direção do PT quer que Campos Neto seja convocado na Câmara

O diretório nacional do PT aprovou uma orientação para que as bancadas da legenda convoquem o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, ao Congresso Nacional para explicar a política monetária do BC.

O tema foi debatido na reunião do diretório nacional do partido, que aconteceu ontem em Brasília.

"Tiramos a posição do PT para convocar o presidente do BC para fazer explicação ao Congresso Nacional. Afinal, ele está indo ao Roda Viva e outras TVs, é importante que ele vá também ao Congresso Nacional", disse a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, após o encontro.

Apesar da recomendação formal do diretório nacional da legenda, o líder do PT na Câmara, Zeca Dirceu, afirmou que a bancada não tem poder de convocação —e que seria feito um convite a Campos Neto. No primeiro caso, a autoridade é obrigada a ir, o que não acontece no segundo caso. "Pode ter acordo na casa para convite, desde que (Campos Neto) aceite o convite", avaliou Gleisi.

"É razoável que seja convite. Não vale a pena polemizar", disse Zeca Dirceu. Ele lembrou que quando estava na oposição, o PT costumava propor convites às autoridades e afirmou que o importante é que Campos Neto fale com os deputados. A presidente do PT falou sobre a possibilidade de o partido tentar articular a saída de Campos Neto antes do fim do seu mandato. De acordo com Hoffmann "mesmo tendo um mandato, ninguém é imexível".

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o PT estão em conflito aberto com a autoridade monetária desde que o BC decidiu manter os juros em 13,75% ao ano na última reunião do Copom realizada no início do mês. "A maioria dos países tem inflação maior que a brasileira e juros negativos. Por que o Brasil está na contramão?", questionou Hoffmann.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 31° 21° 85% 05:52 18:46 **VERÃO:** Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

TERROR EM BRASÍLIA

AGU pede R$ 20,7 milhões e condenação de financiadores

A AGU (Advocacia-Geral da União), órgão que representa juridicamente o governo federal, pediu à Justiça que converta uma ação cautelar (medida urgente) que bloqueou os bens de suspeitos de financiar o fretamento de ônibus para os atos golpistas do dia 8 de janeiro em um processo que garanta a condenação definitiva de ressarcimento aos cofres públicos.

Os valores desse ressarcimento são de R$ 20,7 milhões e foram calculados com base nos prejuízos apontados por STF (Supremo Tribunal Federal), Palácio do Planalto, Câmara dos Deputados e Senado.

O pedido da AGU também retifica o número de pessoas e de empresas que tiveram os seus bens bloqueados inicialmente no processo. Passaram de 52 pessoas físicas e 7 pessoas jurídicas para 54 pessoas físicas e 5 pessoas jurídicas (três empresas, uma associação e um sindicato).

De acordo com o órgão, isso aconteceu porque alguns dos suspeitos na ação original "prestaram esclarecimentos e demonstraram não ter envolvimento com os atos do dia 8 de janeiro, inclusive, em alguns casos, indicando quem foram os reais contratantes dos ônibus".

O pedido aguarda decisão da Justiça Federal do Distrito Federal. A AGU diz, na ação, que é um ato ilícito quando alguém que tem direito à livre manifestação e reunião pacífica excede "manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes".

"Num regime democrático, como no sistema brasileiro, contraria os costumes da democracia e a boa-fé a convocação e financiamento de um movimento ou manifestação com intento de tomada do poder, situação essa que evidencia a ilicitude do evento ocorrido", diz o órgão.

"(Os suspeitos) possuíam consciência de que o movimento em organização poderia ocasionar o evento tal como ocorrido é reforçado quando cotejamos o verificado com os chamamentos/convocação para participarem do evento, quando já se fazia referência expressa a desígnios de atos não pacíficos (ou de duvidosa pacificidade) e de tomada de poder", diz a AGU.

"(Isso) demonstra uma articulação prévia ao movimento com finalidade não ordeira, sendo o financiamento do transporte um vetor primordial para que ele ganhasse corpo e se materializasse nos termos ocorridos."

Entre as pessoas mencionadas na peça da AGU estão ex-candidatos, como Stefanus Alexssandro França Nogueira, que foi candidato a vereador em 2016 em Ponta Grossa (PR), e Marlon Diego de Oliveira, que foi candidato a vereador em 2020 em Tupã (SP).

A reportagem não conseguiu localizar a defesa dos dois.

Entre os CNPJs apontados como suspeitos desse financiamento, está o Sindicato Rural de Castro (PR) e uma empresa de serviços florestais de Piraí do Sul (PR).

Na ação, a AGU diz que as pessoas físicas e jurídicas mencionadas "tiveram papel decisivo no desenrolar fático ocorrido no último dia 8 de janeiro de 2023 e, portanto, devem responder pelos danos causados ao patrimônio público federal e derivados desses atos".

Eles teriam financiado, diz o órgão, "a contratação de ônibus para o transporte de manifestantes até a cidade de Brasília para participação dos atos ocorridos".

Até o momento, a AGU entrou com quatro ações civis a respeito de 178 suspeitos —mais as empresas e entidades de classe— de financiarem ou participarem dos atos que depredaram as sedes dos três Poderes. Em três delas, os bens já foram bloqueados.

VIOLÊNCIA

Secretário defende PMs que mataram assaltante na zona sul

O secretário de Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite, defendeu ontem os policiais da Rota que mataram um assaltante na sexta-feira passada. Vídeos da ação, que ocorreu na zona sul da capital paulista, foram compartilhados nas redes sociais.

O posicionamento é uma resposta à Ouvidoria da Polícia, que pediu o afastamento dos envolvidos na ocorrência.

Derrite se refere ao episódio como "confronto", embora as imagens mostrem apenas os policiais atirando. Os agentes apreenderam uma pistola com o assaltante morto.

"Confrontos sempre serão apurados, mas ninguém será afastado no caso da abordagem da Rota que evitou um assalto no semáforo. Até que se prove o contrário, a ação ocorreu dentro da lei", escreveu o secretário.

Nenhum policial que sai de casa para defender a sociedade será injustiçado. Confrontos sempre serão apurados, mas ninguém será afastado no caso da abordagem da ROTA que evitou um assalto no semáforo. Até que se prove o contrário, a ação ocorreu dentro da lei.

Membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e professor da FGV, Rafael Alcadipani contesta o posicionamento do secretário. Ele entende que o afastamento com acompanhamento psicológico seria uma medida para preservar a saúde mental dos envolvidos na ação enquanto o caso é investigado.

"Parece que o secretário está querendo acenar para a sua base bolsonarista, que sempre o apoiou. O populismo criminal nunca deu certo em São Paulo. Espero que ele tenha sobriedade e mantenha a neutralidade necessária para o cargo que ocupa", diz Alcadipani.

As imagens mostram os policiais descendo de uma viatura e atirando contra um dos assaltantes, que rendia um casal em uma moto. Luiz Fernando Alves de Jesus, 20, morreu após ser atingido.

Uma mulher de 31 anos que passava pelo local se feriu ao ser atingida por estilhaços. Um adolescente foi apreendido sem ferimentos com o celular de uma das vítimas do roubo.

Os policiais disseram ter atirado porque o suspeito teria apontado a arma na direção deles. Mas as imagens mostram o assaltante baleado correndo para fugir.

É possível ver um dos policiais militares atirando uma vez no suspeito já caído na calçada, a cerca de 20 metros do local do assalto.

EXÉRCITO

General Paiva diz que militares envolvidos com 8/1 serão punidos

O comandante do Exército, general Tomás Paiva, tem dito a autoridades em Brasília que sua orientação é para que todos os militares envolvidos nos atos de 8 de janeiro, seja por dolo ou omissão, sejam punidos.

A Força está conduzindo apurações internas, além das que devem ocorrer na Justiça. Segundo Paiva tem afirmado, a regra será não poupar ninguém.

Ele pondera, no entanto, que também não pretende fazer alarde. A própria lei determina o sigilo de apurações ainda em andamento, justamente para não precipitar o julgamento e expor quem eventualmente se prove inocente.

O general Tomás tem buscado autoridades de outros Poderes com o intuito de distensionar as relações entre os militares e as demais instituições. Um ministro que esteve com ele recentemente relata que a sensação foi de que o comandante quer deixar claro que o tempo de hostilidades ficou para trás.

Na Justiça, há um cenário de incerteza sobre as ações envolvendo militares, que pode resultar em atrito do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com o ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal).

Relator das investigações no STF, Moraes tem afirmado a pessoas próximas que pretende manter todos os casos na corte, ou seja, na Justiça comum.

No governo, houve uma avaliação inicial de que os casos deveriam ficar na Justiça Militar, mas a posição contrária de Moraes fez com que o entendimento fosse reavaliado.

MONTE MOR

'Bandido' que jogou bomba em escola tinha ligação nazista

Um caderno foi encontrado por agentes da guarda civil municipal de Monte Mor, na casa do adolescente de 17 anos que tentou invadir um prédio onde funcionam duas escolas públicas, munido de uma machadinha e bombas caseiras, na manhã de ontem. Ele conseguiu jogar um dos explosivos caseiros pela janela de um banheiro, explodindo um vaso sanitário, mas não teve sucesso em invadir a unidade de ensino e promover um atentado contra a comunidade escolar.

No texto escrito à mão em um caderno, o adolescente declarava a intenção de atacar a Escola Municipal Vista Alegre. No local, também funciona a Escola Estadual Professor Antônio Sproesser. Cerca de 300 estudantes entre 10 a 15 anos estudam no período da manhã na instituição. Ninguém ficou ferido na tentativa frustrada de atentado, apesar da explosão.

Em uma das frases, ele faz um trocadilho, dizendo que o local ganharia uma "vista triste", antes de relatar se sentir "sozinho", "abandonado", mas também "superior aos demais". As entradas são catalogadas numa sequência de datas, numa espécie de diário em que há espaço para reflexões: "Por que eu sou assim? Como cheguei nesse ponto?", questiona.

Em seus escritos, o garoto diz estar motivado pelo "ódio e rancor".

O número 88 também foi desenhado na folha do caderno. É uma referência ao H, oitava letra do alfabeto, que, em dupla forma HH, abreviação de "Heil Hitler" -famosa saudação nazista. Havia também a inscrição "SS", sigla para Schutzstaffel, uma organização paramilitar ligada ao Partido Nazista e a Adolf Hitler na Alemanha Nazista.

"Já tentei chorar, mas não consigo. Não consigo sentir tristeza. A dor mais triste que eu seja diante de certos olhares. Talvez eu seja um erro. Nada importa. Cada segundo, cada momento, cada ação, tudo é insignificante. Cansado de viver. Cansado de ouvir esses lixos berrarem. As escórias não conseguiram me influenciar, não faço parte deles. Sou fora do padrão. Superior dos demais", escreveu o adolescente em seu diário.

Além da carta, dois exemplares da autobiografia de Adolf Hitler, "Minha Luta", foram encontrados na residência. No livro, o ditador alemão expressa um viés racista, antissemita e nacionalista da extrema-direita. Todo o material foi apreendido pela polícia civil.

De acordo com o secretário de Segurança Pública de Monte Mor, Anderson Palmieri, o jovem agiu sozinho no atentado frustrado. "É a primeira vez que acontece uma situação dessa aqui na cidade. O policiamento foi reforçado e as atividades nas demais escolas seguem normalmente", declarou.

SOU DA PAZ

Número de armas para uso pessoal no país dispara e chega a quase 3 milhões

Levantamento publicado ontem pelo Instituto Sou da Paz aponta que o número de armas nas mãos dos civis disparou durante o governo de Jair Bolsonaro e chegou a 2.965.439 ao fim de 2022.

Esse número é mais que o dobro do dado de 2018, quando 1.320.582 civis possuíam arma de fogo no país.

Os dados foram colhidos por meio da Lei de Acesso à Informação e analisados pelos institutos Sou da Paz e Igarapé. Foram consideradas as armas pessoais ou particulares pertencentes a CACs (caçadores, atiradores desportivos e colecionadores), cidadãos comuns com registro para defesa pessoal, caçadores de subsistência, servidores civis (como policiais e guardas civis) com prerrogativa de porte e que compraram armas para uso pessoal e membros de instituições militares (policiais militares, bombeiros militares etc.) que compraram armas para uso pessoal.

"A gente vive o resultado de uma política de quatro anos de facilitação de acesso às armas. É um conjunto de normas, decretos e portarias desses anos que aumentaram a quantidade de armas para os cidadãos e CACs, e também a potência dessas armas", diz Carolina Ricardo, diretora-executiva do Instituto Sou da Paz. "O presidente Bolsonaro mais de uma vez se posicionou para as pessoas comprarem fuzil e não feijão. Por isso, o resultado só corrobora o que se viu acontecer nesses anos."

Logo depois de assumir a Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) determinou que todas as armas no país sejam registradas no sistema da PF, conhecido como Sinarm (Sistema Nacional de Armas). O texto deu 60 dias para o cadastro, contados a partir do dia 1° de fevereiro.

O cadastramento atinge grupos que possuem armas cadastradas no Sigma (Sistema de Gerenciamento Militar de Armas), do Exército, como os CACs. A medida vale para quem obteve arma a partir de maio de 2019, já no governo de Bolsonaro.

Além do aumento na quantidade, o Instituto Sou da Paz chama a atenção para a mudança de perfil desses registros.

Em 2018, quase metade do acervo de armas pessoais então existente pertencia a membros de instituições militares (47%). O restante do acervo particular era praticamente dividido entre os registros na PF (de armas pertencentes a civis, com 26%) e registros pertencentes a CACs (27%).

Nota

PM DA RESERVA MATA EMPRESÁRIO DURANTE AUDIÊNCIA

Um homem de 67 anos foi assassinado durante uma audiência de conciliação no Procon de Mato Grosso do Sul na manhã de ontem. Segundo informações, um policial militar reformado de 53 anos teria atirado contra Antônio Caetano de Carvalho por uma dívida de R$ 630. A Polícia Civil está investigando o caso. As atividades no Procon foram suspensas e devem retornar amanhã. Antônio gerenciava a empresa Aliança Só Hilux, especializada em automóveis. A ACICG (Associação Comercial e Industrial de Campo Grande) lamentou a morte do empresário.

LAVA JATO

STF suspende processo contra Okamotto e Palocci

O ministro Ricardo Lewandowski, do STF (Supremo Tribunal Federal), suspendeu um processo tramitava na Justiça Federal de Brasília contra diretor do Instituto Lula, Paulo Okamotto, e o ex-ministro Antonio Palocci.

A ação trata de doações supostamente ilícitas feitas pela Odebrecht ao Instituto Lula de 2013 a 2014, no valor de R$ 4 milhões.

Na ação, Okamotto pediu que o STF considere nulas as provas apresentadas contra ele a partir do acordo de leniência da empreiteira.

Eles viraram réus em dezembro de 2020. Junto a Lula (PT), Palocci e Okamotto foram acusados de lavagem de dinheiro.

A denúncia da força-tarefa havia sido apresentada em 14 de setembro daquele ano.

Na decisão, o juiz federal Luiz Antônio Bonat, da 13ª Vara da Justiça Federal de Curitiba, apontou à época que uma planilha apreendida com Okamotto fazia menção a valores solicitados a diversas empreiteiras, com anotações de pagamentos totais de R$ 4 milhões ao instituto em nome da Odebrecht.

"Tais evidências bastam, em um juízo de cognição sumária, para o recebimento da denúncia, eis que detém ela lastro probatório mínimo em desfavor dos acusados acima nominados. Questões mais profundas a respeito da responsabilidade criminal demandam regular instrução processual", afirmou.

O ministro Ricardo Lewandowski, do STF (Supremo Tribunal Federal), suspendeu um processo tramitava na Justiça Federal de Brasília contra diretor do Instituto Lula, Paulo Okamotto, e o ex-ministro Antonio Palocci.

CLARIENS EDUCAÇÃO S.A.
CNPJ/ME Nº 48.199.560/0001-43 - NIRE 35.3.0060203-0

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas: Ficam os acionistas da Clariens Educação S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ sob o nº48.199.560/0001-43 ("Companhia") convocados a participar da **Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas** a realizar-se no dia **27 de fevereiro de 2023**, às 9:30h, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, 11º andar, conj. 111, Edifício Park Tower, Jardim Panorama do Oeste, CEP 05676-120, para tratar dos seguintes assuntos: **(A)** aumento do capital social da Companhia no valor de R$146.400.000,00; **(B)** definição do preço de emissão das novas ações a serem emitidas em virtude do aumento do capital social da Companhia; e **(C)** reforma do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento do capital social da Companhia e emissão das novas ações. Nos termos do disposto no parágrafo único do Artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, os acionistas poderão participar por teleconferência ou vídeo conferência. As informações de conexão para participação de maneira virtual por meio da plataforma Zoom seguem abaixo: Join Teams https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MjUwNmJmZjYtZDYwOS00ZmE3LTlhYzQtOTRlY2RjYjI2NzM2%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2257082779-a712-4c74-839d-20adacb7c368%22%2c%22Oid%22%3a%2263fdc01a-a050-4d9a-a83b-79f37a8b1b38%22%7d - Meeting ID: 261 052 938 75 - Passcode: GBwfWj. Os acionistas poderão ser representados por mandatários, nomeados nos termos do parágrafo 1º do artigo 126 da Lei das Sociedades Anônimas, devendo o respectivo instrumento de mandato ser depositado na sede da Companhia com 3 (três) dias de antecedência à data da Assembleia Geral Extraordinária. O material de apoio é circulado nesta mesma data para todos os acionistas juntamente com este Edital de Convocação. São Paulo/SP, 10 de fevereiro de 2023. **Oscar Pekka Fahlgren.**

VERÃO: Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite. Manhã Tarde Noite 33º 22º 75% 05:41 18:32

PREFEITURA

Carnaval deve injetar R$ 4,5 bilhões na economia do Rio

A movimentação econômica esperada pela prefeitura carioca para o carnaval deste ano deverá alcançar R$ 4,5 bilhões, com aumento de 12,5% em relação a 2020, que foi a última festa antes da pandemia do novo coronavírus. Desse montante, só o carnaval de rua deve responder por R$ 1,2 bilhão, expansão de 20% em relação a 2020. Os dados são da segunda edição do estudo *Carnaval de Dados*, publicação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação (SMDEIS), em parceria com o Instituto Fundação João Goulart e com a Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro (Riotur), divulgada ontem.

"Após o difícil momento que o Rio e o carnaval carioca passaram, com os impactos de sucessivas crises administrativas e políticas nos últimos anos, agravadas com a pandemia, é a hora de fazermos o maior carnaval da história, em 2023", disse o prefeito Eduardo Paes durante a apresentação dos dados.

A festa de Momo na capital fluminense é responsável por um terço de toda a movimentação econômica no país, no período. A prefeitura carioca estima que a arrecadação do Imposto Sobre Serviços (ISS) de turismo alcançará R$ 23,3 milhões, resultado 20% maior do que o registrado em fevereiro de 2020, da ordem de R$ 19,4 milhões. De acordo com o estudo, os quatro dias de folia carnavalesca têm impacto direto sobre o turismo da cidade. Entre 2011 e 2022 (excluindo 2020 e 2021, em função da pandemia), fevereiro tem o maior peso (10,2%) entre os 12 meses do ano na arrecadação do ISS ligado ao turismo, dois pontos percentuais acima da média dos demais meses do ano, o que mostra a força do carnaval carioca.

O secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação do Rio, Chicão Bulhões, falou sobre a importância do carnaval para as famílias cariocas. "Além de ser importante para a cultura do Rio, [o carnaval] é também motor para o desenvolvimento econômico, por ser fonte de renda para milhares de famílias cariocas e gerar emprego não só durante os dias de folia, mas também durante todo o ano".

Um único dia de desfile no Sambódromo do Rio movimenta cerca de 20 mil pessoas. No total, 45 mil pessoas trabalham oficialmente no período, revela o estudo. Este ano, a prefeitura deu um incentivo recorde para as escolas de samba do Grupo Especial, de R$ 2,15 milhões, o maior da série histórica. A presidente do Instituto Fundação João Goulart, Rafaela Bastos, salientou que o carnaval é uma matriz de conhecimentos sobre a cidade do Rio de Janeiro.

"Se em termos culturais e simbólicos é sabida a sua relevância (do carnaval), este estudo vem colaborar com análises sobre aspectos econômicos, ambientais, infraestrutura, emprego e renda, os quais também são impulsionados por esta manifestação cultural, quando são realizados os eventos que trazem impacto positivo para a cidade o ano todo. Carnaval é Rio de Janeiro porque, além de tudo, desenvolve a cidade", indicou.

EUA

OVNI faz Washington rever sistema de defesa antiaérea

Ainda que os EUA aleguem não descartar a hipótese de que houve uma intensificação dos mecanismos de espionagem da China, a recente crise diplomática aberta pelo episódio dos supostos balões espiões levou Washington a rever o seu próprio sistema de defesa.

No fim de semana, o Norad, sigla em inglês para Comando de Defesa Aeroespacial da América do Norte, informou ter ajustado seu sistema de radar para torná-lo mais sensível para objetos menores, mais lentos e distintos dos aviões e mísseis que preocupam o Pentágono.

Com isso, o número de objetos identificados -e, por vezes, abatidos- saltou. Em apenas dez dias, quatro objetos foram localizados e derrubados pelos EUA. O último no domingo passado, quando outro objeto voador não identificado, óvni, foi abatido ao sobrevoar o Lago Huron, na fronteira com o Canadá.

"Analisamos mais de perto nosso espaço aéreo nessas altitudes e aprimoramos nosso radar, o que pode explicar, em partes, o aumento no número de objetos que identificamos na semana passada", disse a secretária-adjunta para assuntos de segurança das Américas, Melissa Dalton.

Segundo o general Glen VanHerck, líder do Norad, os balões -que os EUA dizem ser instrumentos de espionagem, e a China alega serem artefatos de pesquisa meteorológica- são difíceis de detectar pelo tamanho e pela forma. "São objetos muito, muito pequenos que produzem um movimento muito baixo."

A detecção do primeiro balão de Pequim, na primeira semana do mês, fez com que políticos americanos criticassem o sistema de defesa antiaérea do país. O Pentágono havia dito que, nos últimos anos, quatro balões semelhantes haviam sido identificados sobrevoando o país.

As alterações, porém, já abrem outro desafio para o Norad. Com um volume muito maior de procura, o órgão agora precisa entender quais sinalizações de seu radar são um mero ruído e quais são potenciais ameaças que valem a pena serem perseguidas pelo sistema e, se for o caso, derrubadas

RUSSAS

Argentina investiga turismo de gestantes

A chegada de centenas de mulheres da Rússia grávidas nos últimos meses levou a Justiça da Argentina a abrir uma investigação sobre o caso, anunciou o órgão responsável por migrações no país.

O movimento levantou a suspeita de que organizações mafiosas estejam lucrando com a situação ao oferecer, em troca de uma quantia expressiva de dinheiro, um pacote de "turismo de parto" que teria o passaporte argentino como principal objetivo.

"Com muito trabalho, nós, argentinos, temos um dos passaportes mais seguros do mundo, que permite ingressar sem visto em 173 países", disse Florencia Carignano, chefe da Diretoria Nacional de Migrações, no Twitter.

MÉRITO EMPREENDIMENTOS S.A.
CNPJ/MF nº 58.022.153/0001-10

Edital de Convocação de AGO/AGE: Ficam convocados os acionistas desta Sociedade a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que se realizará na sua sede social à Avenida Nelson Cardoso nº 905 / sala 317, Jacarepaguá/RJ, às 11:00hs do dia 24/02/2023, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: I) Ordinariamente: a) eleição da Diretoria. II) Extraordinariamente: a) ratificação dos atos da Diretoria e das alienações e permutas de imóveis efetivadas pela Diretoria no período, e, b) outros assuntos de interesse social. Rio de Janeiro, 10/02/2023. Antonio Barboza Vilhena - Diretor Presidente.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO -CREDICERJ LTDA
CNPJ- 30.138.226/0001-14, NIRE/JUCERJA Nº 334.00019989.
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O presidente da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro – CREDICERJ – Ltda**, convoca seus 423 (quatrocentos e vinte três) associados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará em sua sede social, situada à Rua José Clemente nº94 – Grupo 1604 – Centro – Niterói, RJ, no dia 28 de fevereiro de 2023, obedecendo aos seguintes horários e "**QUORUM**' para sua instalação, sempre no mesmo local, cumprindo assim o que determina o Estatuto Social da Cooperativa. Em 1ª convocação, às 13h com a presença de 2/3 (dois terços) do número total de Associados; Em 2ª convocação, às 14h com a presença de ½ + 1 (metade mais um) do número total de Associados; Em 3ª e última convocação , às 15h com a presença mínima de 10 (dez) Associados. A **Assembleia Geral Ordinária** deliberará sobre o seguinte: **1)** Prestação de contas do exercício 2022, compreendendo relatório de gestão, apuração dos resultados, parecer do Auditor Independente e parecer do Conselho Fiscal; **2)** Destinação de sobras e perdas líquidas do exercício de 2022; **3)** Fixação do valor da cédula de presença dos membros da diretoria e Conselho Fiscal; **4)** Rateio das despesas; **5)** Eleição dos membros do Conselho Diretor com mandato até a AGO de 2027 ; **6)** Assuntos de interesse geral.

Niterói, 14 de fevereiro de 2023.
WAGNER GUERRA DA FONSECA - Diretor Presidente

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO LICENÇA

MM0862 SPE Empreendimentos Imobiliaros Ltda, CNPJ nº 12.036.304/0001- 98, torna público que Requereu na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação, através do processo nº 14/200.186/2014 a renovação da Licença Municipal de Instalação - LMI nº 001997/2019, para a atividade de Construção de Muro divisório em todo perímetro do lote, sobre linha de aterro nas áreas limítrofes às áreas ocupadas e sem aterro nas áreas contíguas às manchas de vegetação, com ecopassagens para deslocamento de fauna. Localizado nos Sítios 943, 921 e 181, conforme planta 50-35-470, localizados entre os marcos km 21 e km 22 e distantes, respectivamente, 599,30m, 660,50m e 680,50m do marco km 21, no lado ímpar da Estrada dos Bandeirantes, Vargem Pequena.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 149/2022

O Pregoeiro Pedro Paulo Gonçalves Baptista Alves Nunes convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 149/2022 no dia 01/03/2023 às 14h00min. - Objeto: Aquisição de material médico-hospitalar para uso em exames de Tomografia e Ressonância Magnética (CIRCUITO EM Y PARA ADMINISTRAÇÃO DE CONTRASTE POR BOMBA INJETORA, ALTA PRESSÃO (300 PSI), ELETRODO ADULTO COMPATÍVEL PARA MONITORIZAÇÃO EM EXAMES DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, ELETRODO RADIOTRANSPARENTE INFANTIL COMPATÍVEL PARA MONITORIZAÇÃO EM EXAMES DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA e etc). Processo nº. 33409.002002/2021-32. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

MRS LOGÍSTICA S.A.
CNPJ nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565
Companhia Aberta - Registro CVM nº 01794-9

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Mrs Logística S/A realizada às 11:00 horas do dia 24 de janeiro de 2023. **Local**: na sede social da Companhia localizada na Praia de Botafogo 228, sala 707, Botafogo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, o Conselho de Administração da Companhia reuniu-se, na forma do artigo 14, parágrafo 2º, do Estatuto Social da Companhia (reunião virtual). **Presença**: com a totalidade dos seus membros, a saber: Alejandro Daniel Laiño, Carlos Hector Rezzonico, Enéas Garcia Diniz, Luis Fernando Barbosa Martinez, Marcelo Cunha Ribeiro, Marcelo Leite Barros, Sonia Zagury, Viktor Nigri Moszkowicz, Wendel Gomes da Silva e William Ignácio Dias. **Mesa**: Luis Fernando Barbosa Martinez, Presidente. **Deliberações**: o Conselho deliberou, por unanimidade dos votos proferidos: **(A)** aprovar, nos termos do art. 59, §1º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e do artigo 16, item "h" do Estatuto Social, a realização da 11ª (décima primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor de até R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), a qual será objeto de oferta pública por meio do rito de registro automático ("Oferta"), nos termos da Resolução nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada, da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM" e "Resolução CVM 160", respectivamente), nos termos da *"Escritura Particular da 11ª (décima primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, Sob Rito de Registro Automático, para Distribuição Pública, da MRS Logística S.A."* ("Escritura de Emissão"), a ser ainda negociada e celebrada; **(B)** aprovar a contratação de instituição(ões) integrante(s) do sistema de distribuição de valores mobiliários para a realização da Oferta ("Coordenadores"), mediante a celebração do "*Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, da 11ª (Décima Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, sob o Rito de Registro Automático, para Distribuição Pública, com Garantia Firme de Colocação da MRS Logística S.A.*", a ser firmado entre a Companhia e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição"); **(C)** aprovar as seguintes principais características, termos e condições da Oferta, da Emissão e das Debêntures: **(i) Número da Emissão:** as Debêntures representam a 11ª (décima primeira) emissão de debêntures da Companhia; **(ii) Número de Séries:** a Emissão será realizada em série única; **(iii) Valor Total da Emissão:** o valor total da Emissão será de até R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão; **(iv) Quantidade de Debêntures:** serão emitidas até 50.000 (cinquenta mil) Debêntures; **(v) Data de Emissão:** para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela prevista na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"); **(vi) Valor Nominal Unitário:** o valor nominal unitário das Debêntures será de R$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário"); **(vii) Forma e Comprovação de Titularidade:** as Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados. sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato das Debêntures emitido pelo escriturador. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 ("B3"), será expedido extrato em nome do Debenturista que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures; **(viii) Conversibilidade e Permutabilidade:** as Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, nem permutáveis em ações de outras sociedades ou por outros valores mobiliários de qualquer natureza; **(ix) Prazo e Data de Vencimento:** Ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada em razão de resgate antecipado das Debêntures e/ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento"); **(x) Prazo de Subscrição:** as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de divulgação do anúncio de início da Emissão, conforme estabelecido na Escritura de Emissão, observados os artigos 47 e 48 da Resolução CVM 160; **(xi) Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e não conferirão qualquer privilégio especial ou geral aos seus titulares, nem especificarão bens para garantir eventual execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Companhia decorrentes das Debêntures; **(xii)Garantia:** as Debêntures não contarão com nenhum tipo de garantia; **(xiii) Direito de Preferência:** Não haverá qualquer direito de preferência na subscrição das Debêntures; **(xiv) Regime de Colocação e Procedimento de Distribuição das Debêntures:** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob rito de registro automático perante a CVM, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e do artigo 26, inciso V, alínea "(a)" da Resolução CVM 160, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação dos Coordenadores, nos termos do Contrato de Distribuição; **(xv) Público-alvo da Oferta:** O público-alvo da Oferta é composto exclusivamente por investidores profissionais, conforme definidos no artigo 11 da Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 30"), quais sejam: (a) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (b) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (c) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (d) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, de acordo com o Anexo A da Resolução CVM 30; (e) fundos de investimento; (f) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (g) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; (h) investidores não residentes; e (i) fundos patrimoniais ("Investidores Profissionais"); **(xvi) Plano de Distribuição:** o plano de distribuição seguirá o procedimento descrito no artigo 49 da Resolução CVM 160, conforme previsto no Contrato de Distribuição e, para tanto, as Debêntures deverão ser colocadas, na oferta pública, exclusivamente junto a Investidores Profissionais, observados os termos e condições do Contrato de Distribuição; **(xvii) Depósito para Distribuição e Negociação:** As Debêntures serão depositadas para: (a) distribuição no mercado primário, por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; (b) negociação no mercado secundário, por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da B3; e (c) custódia eletrônica na B3. Não obstante o descrito acima, as Debêntures poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários, entre Investidores Profissionais. Nos termos do artigo 86, inciso II, da Resolução CVM 160, as Debêntures poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários: (i) depois de decorridos 6 (seis) meses contados da data de encerramento da Oferta, entre investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 12 da Resolução CVM 30; e (ii) depois de decorrido 1 (um) ano contado da data de encerramento da Oferta, entre o público investidor em geral, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis; **(xviii) Preço de Subscrição**: o preço de subscrição de cada uma das Debêntures será o Valor Nominal Unitário na Primeira Data de Integralização, conforme definido abaixo ("Preço de Subscrição"). Caso ocorra a subscrição e integralização das Debêntures em mais de uma data, o Preço de Subscrição com relação às Debêntures que forem integralizadas após a primeira data de integralização ("Primeira Data de Integralização"), será o Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures até a data de sua efetiva subscrição e integralização. As Debêntures poderão ser colocadas com ágio ou deságio, a ser definido pelos Coordenadores, se for o caso, no ato de subscrição das Debêntures, desde que referido ágio ou deságio seja aplicado à totalidade das Debêntures que sejam integralizadas em uma mesma data; **(xix) Forma de Subscrição e Integralização:** as Debêntures serão subscritas, no mercado primário, pelo Preço de Subscrição, e sua integralização deverá ocorrer à vista, no ato de subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com os procedimentos da B3; **(xx) Procedimento de *Bookbuilding***: poderá ser adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores e acompanhado pela Companhia, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, nos termos do Contrato de Distribuição, para verificação do interesse de investimento nas Debêntures ("Procedimento de *Bookbuilding*"), de forma a definir, de comum acordo com a Companhia, a alocação das Debêntures entre os Investidores Profissionais e/ou a taxa final a ser utilizada para apuração dos juros remuneratórios das Debêntures. Caso haja Procedimento de *Bookbuilding* para definição da taxa final a ser utilizada para apuração dos juros remuneratórios das Debêntures, o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento à Escritura de Emissão, e o Valor Nominal Unitário poderá, sujeito a definição pelos Coordenadores, contar com ágio ou deságio, conforme a ser apurado no Procedimento de *Bookbuilding*. Caso os Coordenadores concedam deságio no Preço de Integralização das Debêntures, o montante equivalente a tal deságio deverá ser deduzido do montante a ser pago pela Companhia aos Coordenadores a título de comissionamento. O aditamento à Escritura de Emissão em que constar a ratificação do procedimento de Bookbuilding, deverá ser levado a registro na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, sem a necessidade de nova aprovação societária da Companhia e sem a necessidade de deliberação prévia em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido na Escritura de Emissão); **(xxi) Atualização do Valor Nominal Unitário:** O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não sofrerá atualização monetária; **(xxii) Remuneração:** Sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra-grupo*", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo disponível em sua página na internet ("Taxa DI"), acrescido de *spread* (sobretaxa), a ser definida, estando limitado a, no máximo, 1,30% (um inteiro e trinta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento ("Remuneração"); **(xxiii) Pagamento da Remuneração:** Ressalvadas as hipóteses de Amortização Extraordinária Facultativa e de liquidação antecipada em razão do resgate antecipado total das Debêntures ou Aquisição Facultativa com cancelamento da totalidade das Debêntures e/ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, sem carência, sendo que o primeiro pagamento será devido no 6º (sexto) mês contado da Data de Emissão, conforme cronograma a ser previsto na Escritura de Emissão; **(xxiv) Local de Pagamento:** Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia (i) com relação àquelas que estejam custodiadas eletronicamente pela B3, utilizando-se os procedimentos adotados pela B3; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na B3, (a) na sede da Companhia ou, conforme o caso, (b) de acordo com os procedimentos adotados pelo escriturador; **(xxv) Repactuação Programada:** não haverá repactuação programada das Debêntures; **(xxvi) Amortização Programada:** o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será integralmente amortizado no prazo de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento"); **(xxvii) Aquisição Facultativa:** a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento a partir da Data de Emissão, adquirir Debêntures por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia, ou por valor superior ao saldo do Valor Nominal Unitário, desde que observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e na regulamentação aplicável da CVM, incluindo os termos da Resolução CVM n.º 77, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Aquisição Facultativa"). As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures; **(xxviii) Resgate Antecipado Facultativo**: a Companhia poderá, a partir do segundo aniversário da Data de Emissão (inclusive), resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures, a seu exclusivo critério, mediante o pagamento do Valor do Resgate Antecipado Facultativo. O valor do Resgate Antecipado Facultativo a que farão jus os Debenturistas por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo corresponderá ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, apurados desde a Primeira Data de Integralização ou data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do resgate antecipado ("Data do Resgate Antecipado Facultativo"), acrescido dos encargos moratórios, se aplicável, devidos e não pagos até a Data do Resgate Antecipado Facultativo, e acrescido do prêmio de resgate antecipado facultativo, conforme vier a ser estabelecido na Escritura de Emissão ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo"); **(xxix) Amortização Extraordinária Facultativa:** a Companhia poderá, a partir do segundo aniversário da Data de Emissão (inclusive), amortizar antecipadamente até 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a seu exclusivo critério, em uma ou mais vezes, mediante pagamento do Valor da Amortização Extraordinária Facultativa ("Amortização Extraordinária Facultativa"). O valor da Amortização Extraordinária Facultativa a que farão jus os Debenturistas por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa corresponderá à parcela do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, apurados desde a Primeira Data de Integralização ou data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento da amortização extraordinária ("Data da Amortização Extraordinária Facultativa"), acrescido dos encargos moratórios, se aplicável, devidos e não pagos até a Data da Amortização Extraordinária Facultativa, e acrescido de prêmio, conforme vier a ser estabelecido na Escritura de Emissão ("Valor da Amortização Extraordinária Facultativa"); **(xxx) Oferta de Resgate Antecipado:** a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar oferta de resgate antecipado total ou parcial das Debêntures endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, a qualquer tempo, em uma ou mais vezes, assegurando a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar ou não o resgate das Debêntures de que forem titulares ("Oferta de Resgate Antecipado"), de acordo com os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; **(xxxi) Vencimento Antecipado**: todas as obrigações da Companhia que constarão da Escritura de Emissão poderão ser consideradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis na ocorrência dos eventos de vencimento antecipado a serem detalhadamente descritos na Escritura de Emissão, conforme procedimentos lá descritos, os quais serão definidos pela Diretoria da Companhia ("Eventos de Vencimento Antecipado"); **(xxxii) Destinação dos Recursos:** os recursos líquidos captados por meio da Oferta serão utilizados pela Companhia para investimentos e/ou reembolso de gastos, reforço do seu capital de giro e/ou alongamento do perfil de sua dívida; **(xxxiii) Demais características:** as demais características da Oferta, da Emissão e das Debêntures encontrar-se-ão descritas na Escritura de Emissão; **(D) autorizar** a Diretoria, observadas as disposições legais, a: **(i)** contratar o(s) Coordenador(es) para intermediar a Oferta; **(ii)** contratar os demais prestadores de serviços inerentes à Emissão, à Oferta e às Debêntures, incluindo, mas não se limitando, ao escriturador, ao banco liquidante, ao agente fiduciário, aos assessores legais, à agência de classificação de risco, à agência de publicidade, à B3, entre outros; **(iii)** praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações aqui consubstanciadas e celebrar todos os documentos e praticar todos os atos necessários à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, sem limitação, a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição, quaisquer outros instrumentos relacionados à Emissão, à Oferta e às Debêntures e seus respectivos eventuais aditamentos; **(iv)** negociar e estabelecer os termos e condições finais dos documentos da Emissão, incluindo, sem limitação, as obrigações da Companhia, os Eventos de Vencimento Antecipado, as declarações a serem prestadas pela Companhia, as condições para a realização de resgate antecipado e, caso aplicável, os limites de endividamento (*covenants* financeiros) para a Companhia; e **(E) ratificar** todos os atos relativos à Emissão, à Oferta e às Debêntures que tenham sido praticados anteriormente pela Diretoria da Companhia. Certidão da **Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro** – Nome: MRS Logística S/A – Nire: 33.3.0016356-5 – Protocolo: 00-2023/076953-5 – 26/01/2023. Certifico o arquivamento em 27/01/2023 e o registro sob o número: 00005284677 – Data: 27/01/2023. Jorge Paulo Magdaleno Filho – Secretário Geral.